

DIREITO EM TRANSFORMAÇÃO: SUSTENTABILIDADE, TECNOLOGIA E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

Autor(res)

Marcos Paulo Andrade Bianchini

Samuel Gomes De Almeida

Gabriela Roberta Silva

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE BELO HORIZONTE

Introdução

Estamos vivendo um tempo de grandes mudanças sociais, ambientais e tecnológicas, que desafiam o Direito a se reinventar. O V Congresso Nacional de Pesquisa Jurídica: Sustentabilidade, Tecnologia e Direitos em Transformação nasce justamente como um espaço de reflexão e troca de ideias sobre esses novos caminhos.

A sustentabilidade, cada vez mais central nas políticas públicas e nas relações jurídicas, exige um Direito comprometido com o equilíbrio entre meio ambiente, justiça social e economia. Ao mesmo tempo, o avanço da tecnologia — como a inteligência artificial e as plataformas digitais — traz desafios importantes na proteção de direitos, privacidade, trabalho e regulação do mundo digital.

Diante desse cenário, o Congresso se propõe a promover um debate rico e interdisciplinar, reunindo pesquisadores e profissionais em busca de soluções jurídicas criativas, inclusivas e alinhadas com os desafios do nosso tempo.

Objetivo

Criar um ambiente aberto ao diálogo, à troca de ideias e à construção coletiva de conhecimento, onde possamos refletir, de forma crítica e interdisciplinar, sobre como as mudanças sociais, ambientais e tecnológicas estão transformando o Direito — e, a partir disso, pensar juntos em soluções jurídicas mais justas, sustentáveis e conectadas com a realidade do nosso tempo.

Material e Métodos

O evento propõe unir teoria e prática por meio da apresentação de artigos científicos, valorizando a produção acadêmica conforme os princípios da liberdade de pesquisa (art. 207 da Constituição Federal) e da promoção do desenvolvimento científico e tecnológico (art. 218 da Constituição Federal). Serão utilizados materiais como doutrina especializada, jurisprudência atualizada e legislações pertinentes — a exemplo da Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; da Lei nº 12.965/2014, o Marco Civil da Internet, que regula os direitos e deveres no ambiente digital; e da Lei nº 13.709/2018, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Também serão empregados recursos audiovisuais para enriquecer as apresentações.

Resultados e Discussão

V CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

SUSTENTABILIDADE, TECNOLOGIA E DIREITOS EM TRANSFORMAÇÃO



Espera-se que o congresso estimule debates profundos e atualizados sobre os impactos das transformações sociais, ambientais e tecnológicas no Direito. A troca de ideias entre pesquisadores, estudantes e profissionais deve gerar reflexões críticas, apontar caminhos para soluções jurídicas mais justas e sustentáveis, além de fortalecer o diálogo entre diferentes áreas do conhecimento. Como resultado, o evento pretende não só ampliar a compreensão dos desafios contemporâneos, mas também contribuir com propostas concretas que possam influenciar práticas acadêmicas, políticas públicas e a atuação jurídica. A publicação dos trabalhos e o acesso aberto ao conteúdo produzido reforçam o compromisso com a construção coletiva e democrática do saber.

Conclusão

Em um tempo de mudanças rápidas e desafios complexos, o congresso se afirma como um espaço essencial de escuta, troca e construção coletiva. Ao reunir diferentes vozes e saberes, fortalece-se a esperança de um Direito mais sensível às transformações do mundo e mais comprometido com a justiça, a sustentabilidade e a dignidade humana.

Referências

<https://www2.senado.gov.br/bdsf/handle/id/658231>

https://www.gov.br/ibama/pt-br/assuntos/emissoes-e-residuos/residuos/politica-nacional-de-residuos-solidos-pnrs?utm_source=chatgpt.com

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm?utm_source=chatgpt.com

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm?utm_source=chatgpt.com